

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.120 - SP (2019/0121812-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **ALCANTARA & PICCININI LTDA**
ADVOGADOS : **JOSÉ CESAR PALACINI DOS SANTOS - MG056498**
 JOÃO LUIZ ANDRADE PONTES E OUTRO(S) - MG049332
AGRAVADO : **MÁRIO ANTÔNIO ZAGHINI**
ADVOGADOS : **MARCOS ANTÔNIO BENASSI E OUTRO(S) - SP105460**
 MARIA CRISTINA KUNZE DOS SANTOS BENASSI - SP108382
 ANDRÉ LUIS LUCAS BENASSI - SP223048
 ERASMO DA SILVA JUNIOR - SP364979

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial sob os seguintes fundamentos: (a) falta de comprovação do dissídio jurisprudencial e (b) aplicação da Súmula n. 282 do STF.

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 809):

Agravo interno. Decisão monocrática que não conheceu da apelação, porque deserta. Os documentos apresentados pela agravante não traziam informações importantes a respeito da condição financeira da empresa, tanto que novo prazo foi concedido para tanto. A agravante, entretanto, insistiu que tais documentos eram suficientes. Não se olvida que a agravante desistiu dos benefícios da gratuidade e postulou pelo parcelamento do preparo recursal. Esse requerimento, todavia, foi expressamente indeferido com fundamento na ausência de prova da hipossuficiência da agravante, elemento esse indispensável para a concessão de tal benefício, conforme precedentes colacionados na decisão agravada.
Agravo interno não provido.

O recurso especial (e-STJ fls. 899/907), fundamentado no art. 105, inc. III, alíneas "a" e "c", da CF, apontou dissídio jurisprudencial e ofensa ao art. 1.007, § 2º, do CPC/2015, argumentando que, "em face da desistência do pedido de assistência judiciária, haveria a necessidade de se determinar o recolhimento das custas recursais, ainda mais que teria havido o indeferimento do parcelamento destas custas recursais" (e-STJ fl. 823).

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 887/897).

O agravo (e-STJ fls. 978/1.000) refuta os fundamentos da decisão agravada e alega o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 1.024/1.034).

É o relatório.

Decido.

O Tribunal *a quo* não se pronunciou sobre o conteúdo normativo do art. 1.007, § 2º, do CPC/2015, nem foi instado a fazê-lo por via de embargos declaratórios, circunstância que impede o conhecimento da insurgência por falta de prequestionamento.

Assim, devem ser aplicadas as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige que a parte comprove o dissídio, mediante cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973), ônus do qual a recorrente não se desincumbiu. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE TENHA SOFRIDO INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284 DO STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A falta de particularização do dispositivo de lei federal objeto de divergência jurisprudencial consubstancia deficiência bastante a inviabilizar a abertura da instância especial. Incidência da Súmula n. 284/STF.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.367.055/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/2/2019, DJe 14/2/2019.)

Apresentada a questão nesses termos, conclui-se que, quanto ao dissídio, o recurso encontra óbice na Súmula n. 284 do STF.

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor do patrono da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator